



CÂMARA DOS DEPUTADOS

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - A Senadora Lídice da Mata, que já salvou reunião, aqui veio salvar esta reunião. Palmas para ela! (*Palmas.*)

São 15 horas.

Evocando a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, declaro abertos, com número regimental, os nossos trabalhos.

Declaro iniciada a quarta reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes na Pauta nº 4, de 2011. Informo que os avulsos das matérias se encontram na mesa dos nossos trabalhos.

Há *quorum* para deliberação na representação da Câmara e do Senado.

Comunico que a partir de hoje, 4 de maio, estará disponível na página *Web* da Câmara a transmissão ao vivo de vídeos das reuniões da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. E informo que no dia 5 de maio, amanhã, quinta-feira, às 10 horas, neste plenário, será realizada reunião conjunta de audiência pública da Comissão Mista de Orçamento com as Comissões de Finanças e Tributação, de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e de Fiscalização Financeira e Controle, da Câmara dos Deputados, e com as Comissões de Assuntos Econômicos e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, do Senado Federal, com a presença do Dr. Alexandre Antonio Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil — BACEN, que apresentará a avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas, monetárias, creditícias e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados no balanço, referentes ao segundo semestre do exercício de 2010, em atendimento ao estabelecido no § 5º, do art. 9º, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que aniversaria hoje.

Vamos constituir, por deliberação desta Casa, através do Requerimento nº 08/2011, grupo de trabalho para avaliar diversos procedimentos do processo legislativo orçamentário no âmbito da Comissão Mista de Orçamento, e sugerir mudanças para seu aperfeiçoamento. O grupo de trabalho, segundo o requerimento aprovado pelos Srs. Senadores e pelas Sras. Senadoras, pelos Srs. Deputados e pelas Sras. Deputadas, será constituído pelos nossos Relatores: Deputado Arlindo Chinaglia, Deputado Márcio Reinaldo Moreira. O Deputado Arlindo Chinaglia, como Relator Geral do Projeto de Lei Orçamentária; o Deputado Márcio Reinaldo Moreira como Relator da LDO; e a Senadora Gleisi Hoffmann, como Relatora do PPA.

Comunico à Casa que, por designação dos Srs. Líderes e com o apoio unânime de todas as Lideranças, nós vamos ter, a partir de hoje, o Senador Acir Gurgacz como responsável pela relatoria da receita da nossa proposta orçamentária. Ele, portanto, juntamente com os outros Relatores e um Líder da Minoria (que Líder da Minoria!), que será o Deputado Claudio Cajado.

A Comissão de cinco Parlamentares será composta pelo Deputado Claudio, pelo Deputado Arlindo, pelo Senador Acir, pelo Deputado Márcio Reinaldo Moreira e pela Senadora Gleisi. A partir de hoje, oficialmente, esse grupo de trabalho passa a existir.

Os comitês permanentes estão liberados, conclusos e serão divulgados ainda hoje.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura das ata por terem sido as cópias distribuídas antecipadamente.

Algum registro? (*Pausa.*)

Não havendo discussão, e conforme o estabelecido na alínea "a", do nosso Regimento Interno, art. 8º, coloco as atas em votação das seguintes reuniões: primeira reunião extraordinária, realizada no dia 19 de abril; primeira reunião conjunta, realizada no dia 26 de abril; e terceira reunião ordinária, realizada no dia 27 de abril.

As atas estão em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Deixe-me terminar a leitura do expediente, Deputado Cajado.

Conforme decidido na quarta reunião extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, fica dispensada a leitura dos expedientes que serão transcritos das notas taquigráficas.



EXPEDIENTE

I) CORRESPONDÊNCIA INTERNA RECEBIDA:

1) OFGAB 10/2011, de 19 de abril, do Deputado Nelson Pellegrino (PT/BA), Coordenador da Bancada da Bahia, informando que na reunião daquela Bancada, no dia 13 de abril de 2011, foi eleito como sub-coordenador, o Deputado Claudio Cajado (DEM/BA).

- Expedientes encaminhando justificativas de falta às reuniões da Comissão DEFERIDOS pelo Presidente:

1) Ofício Nº 178/2011-BSB, de 19 de abril, do Deputado Geraldo Resende (PMDB/MS), justificando ausência no período de 15 a 20 de abril.

2) OGCC 065/11, de 19 de abril, do Deputado Claudio Cajado (DEM/BA), justificando ausência no dia 19 de abril.

- Expedientes com indicações para integrar o Comitê Permanente de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Índícios de Irregularidades Graves (COI):

1) Ofício nº 160-L-DEM/11, de 19 de abril, do Deputado Claudio Cajado, Vice-Líder do Democratas, indicando o Deputado Heuler Cruvinel (DEM/GO).

2) OF/B/053/11, de 27 de abril, da Deputada Ana Arraes, Líder do Bloco PSB, PTB e PCdoB, indicando o Deputado Valtenir Pereira (PSB/MT).

3) OF. Nº 032/2011 – GLDPP, de 3 de maio, do Senador Francisco Dornelles, Líder do PP, indicando o Senador Ivo Cassol (PP/RO).

- Expedientes com indicações para integrar o Comitê Permanente de Exame da Admissibilidade de Emendas (CAE):

1) Ofício nº 159-L-DEM/11, de 19 de abril, do Deputado Claudio Cajado, Vice-Líder do Democratas, indicando o Deputado Vitor Penido (DEM/MG).

2) OF/B/053/11, de 27 de abril, da Deputada Ana Arraes, Líder do Bloco PSB, PTB e PCdoB, indicando o Deputado Gonzaga Patriota (PSB/PE).

- Expediente com indicação para integrar o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão:

1) Ofício nº 164-L-/2011/DEM, de 27 de abril, do Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, Líder do Democratas, indicando o Deputado Claudio Cajado (DEM/BA).

- Expediente encaminhando indicação para Relatoria da Receita do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2012:

1) Ofício nº 049/2011 – GLDBAG, de 28 de abril, do Senador Humberto Costa, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, indicando o Senador Acir Gurgacz (PDT/RO).

II) CORRESPONDÊNCIA EXTERNA RECEBIDA:

1) Ofício nº 066/2011/ASPAR-GM-MP, de 19 de abril, da Assessoria Parlamentar do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, confirmando a presença da Ministra, Sra. Miriam Aparecida Belchior, na reunião de audiência pública a ser realizada no dia 26 de abril, nesta Comissão.



2) Ofício nº 11.057/SE/SFC/CGU/PR, de 27 de abril de 2011, do Secretário-Executivo Substituto da Controladoria-Geral da União, encaminhando um exemplar da Prestação de Contas do Presidente da República, referente ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2010.

- Avisos encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, ao Presidente da CMO:

Avisos Seses de 20 de abril:

1) Aviso nº 503/2011 (Acórdão nº 1.039/2011): Encaminha cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 027.921/2010-7, pelo Plenário do TCU na Sessão Extraordinária de Caráter Reservado de 20/4/2011, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam.

2) Aviso nº 514/2011 (Acórdão nº 1.026/2011): Fornecimento de trilhos para trechos das obras de Construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste, no Estado da Bahia, e de Construção da Ferrovia Norte-Sul, nos Estados de Goiás, Minas Gerais e São Paulo.

Avisos Seses de 27 de abril:

1) Aviso nº 521/2011 (Acórdão nº 1.065/2011): Obras de construção do Aeroporto Internacional de Natal, no Município de São Gonçalo do Amarante – RN.

2) Aviso nº 527/2011 (Acórdão nº 1.076/2011): Obras de infraestrutura e urbanismo do Complexo Militar do Planalto, no Setor Militar Urbano em Brasília-DF.

3) Aviso nº 531/2011 (Acórdão nº 1.084/2011): Obras de ampliação do Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora/MG.

- Avisos encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, ao Presidente do Congresso Nacional que enviou à CMO:

Avisos Seses de 27 de abril:

1) Aviso nº 546/2011 (Acórdão nº 1.054/2011): Obras de duplicação e recuperação da BR 101/RJ, no subtrecho compreendido entre Santa Cruz (km 385,8) e Itacuruçá (km 411,96), e do acesso ao Porto de Itaguaí, inicialmente designado Porto de Sepetiba (no Km 403,5 da Br 101/RJ).

Informo ainda que a lista com os expedientes será enviada por meio de correio eletrônico aos gabinetes dos senhores membros e das lideranças partidárias.

Registro, com muita honra, a presença do italiano e mais brasileiro do que todos nós, André Puccinelli, campeoníssimo no Mato Grosso do Sul. O nosso querido Governador está muito bem instalado ao lado de dignos Parlamentares, como Geraldo Resende.

Esta Casa é sua, Governador. Espero que ela possa trabalhar para trazer benefícios para o seu Estado. A responsabilidade é dos seus representantes, Governador.

O Deputado Cajado pediu a palavra.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, de acordo com o art. 214, parágrafo único, item 3, do Regimento Interno do Senado Federal, solicito a inclusão de um requerimento de informações de minha autoria, e para o qual peço o apoio dos Srs. Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Os requerimentos extrapauta, na forma regimental, estarão incluídos na pauta para avaliação do Plenário.

Há ainda outro, o Requerimento nº 11, de nossa autoria.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sim, Sr. Presidente. De acordo com o art. 17, nós já temos o prazo esgotado para poder apresentar os relatores setoriais. Peço a V.Exa. que nos informe como vai elaborar a relação desses relatores, reunir os partidos políticos, para que estes possam apresentar as suas indicações, já que me parece que nós já estamos fora do prazo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - V.Exa. tem razão. Consulto os Líderes partidários sobre se podemos marcar para a próxima quinta-feira, para não perdermos tempo na divulgação desses relatórios — amanhã de manhã temos reunião à tarde, às 16 horas. Ou será às 14 horas? Porque o Tombini estará aqui. A reunião é grande. Vamos ouvi-los — senão, só na próxima semana. Então, vamos ordenar os trabalhos.



O SR. O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Que tal terça-feira? Vamos marcar para terça-feira.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE - Na terça-feira fica melhor.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - André, terça-feira? Terça-feira, Ademir?

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Priante, terça?

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE - Terça-feira está bem.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Por mim poderia ser até hoje, depois desta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Então, terça-feira reunião tem reunião de Líderes.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Rubens Bueno.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Sr. Presidente, estou pedindo a retirada de pauta do Item 2, do Requerimento nº 3, porque o Requerimento nº 6, que é o Item 3 da pauta, substitui o de número 2, tendo em vista que ele é mais abrangente. Nós tomamos essa decisão no sentido de trazer aqui as pessoas e as instituições representativas para um grande debate, ocasião em que vamos tratar das obras paradas, das obras inacabadas, enfim, dos projetos em andamento. Nós queremos discutir isso atentamente. Portanto, o requerimento que nós gostaríamos que permanecesse em pauta, para discussão e votação, é o de número 3, constante da pauta de hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Deferida a solicitação de V.Exa.

Reconfirmo que teremos reunião de Lideranças para tratar das relatorias setoriais — ordinariamente, como deve ser feita todas as semanas, terça-feira, às 14 horas e 30 minutos. Como em todas as terças-feiras haveremos de fazer. Então, terça-feira, às 14 horas e 30 minutos.

Tem a palavra a Senadora Gleisi Hoffmann

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Obrigada, Sr. Presidente.

Quero também requerer a inclusão na Ordem do Dia do Requerimento nº 9, que solicita a realização de audiência pública conjunta com a Comissão dos Direitos Humanos do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Será atendida a solicitação de V.Exa. na forma regimental.

Foi apresentado também o Requerimento nº 11, de 2011, que requer audiência pública com o Presidente da Caixa Econômica Federal.

Ordem do Dia.

Apreciação do Requerimento nº 1, de 2011, conforme decidido na primeira reunião ordinária, que requer a realização de audiência pública, em dois momentos, para debater sobre a adoção de regime licitatório diferenciado nas contratações dos Jogos Olímpicos, Paraolímpicos, Militares e da Copa do Mundo, com a presença, em primeiro momento, do Presidente da Autoridade Pública Olímpica, do Presidente da INFRAERO, do Diretor-Geral do DNIT e do representante do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada e Infraestrutura; e, em segundo momento, do Ministro Chefe de Estado da Controladoria-Geral da União, do Presidente do Tribunal de Contas da União e do Presidente da Caixa Econômica Federal.

O autor é o Deputado Claudio Cajado, a quem passo a palavra para apresentação do requerimento.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, o requerimento é autoexplicativo. Proponho ouvir aqui, primeiro, os representantes de órgãos e as autoridades que fiscalizam a execução dos recursos públicos; e, segundo, aqueles que os executam, especificamente alinhados com a realização da Copa do Mundo, dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos e Jogos Militares, a fim de alterarmos uma legislação que nasceu sob a égide da pós-corrupção da era Collor.

Para alterar a Lei nº 8.666 temos que convencer a sociedade acerca dessa necessidade. E temos de fazê-lo da forma mais adequada que o Parlamento detém: por meio de ampla discussão, com a realização de audiências públicas, para que possamos clarear o tema com os diversos entes envolvidos, sejam do setor de fiscalização, como a AGU, a Caixa Econômica e o Tribunal de Contas da União, sejam aqueles que têm a responsabilidade da execução.

Não quero dizer aqui que sou contrário. O gestor público sabe das amarras que impõe a Lei nº 8.666. Modificá-la não é um ato a ser feito especificamente para a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos, mas, em especial, para futuros contratos e processos licitatórios.

Portanto, a realização de audiência pública é justamente para debater essa questão.



Informo aos Parlamentares que estamos para deliberar sobre a MP nº 521, que trata dessa questão. Mas parece que não há consenso, e a matéria não deverá ser votada.

Nós, do Democratas, obstruiremos a votação, utilizaremos todos os meios, juntamente com outros partidos de oposição, para que essa medida provisória não seja votada, não apenas pela falta de discussão, mas, acima de tudo, por causa deste requerimento, que vem ao encontro das aspirações daqueles que desejam se aprofundar no assunto.

Peço a todos o apoio. Espero que este requerimento seja aprovado. Se for, que V.Exa. marque com brevidade essa audiência pública, de suma importância para nós, Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Em discussão o requerimento.

Com a palavra o Deputado Ademir Camilo. Em seguida, ouviremos os Deputados André Vargas e Hugo Leal.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Sr. Presidente, caros colegas, Senadoras e Senadores...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Eu peço encarecidamente às senhoras e aos senhores presentes no auditório e aos companheiros de trabalho que, em respeito ao colega que está falando, façamos silêncio, a fim de a reunião transcorrer na mais alta normalidade e eficácia.

V.Exa. tem a palavra, Deputado.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Sr. Presidente, caros colegas, Senadores e Deputados, estão presentes aqui Líderes de alguns partidos. Ontem, na reunião de Líderes que aconteceu na sala do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Marco Maia, ficou decidido que hoje iríamos discutir e provavelmente votar a 521. Ontem à noite havia a boa vontade dos Líderes do Democratas que lá estavam, o Líder e o Vice-Líder, de colocar essa matéria hoje em discussão e votação.

Discutimos com o companheiro Cajado que, se a votássemos hoje, inclusive no Senado, essa audiência pública poderia ser realizada, mas também que, depois de votada a matéria, seria discutido, no plenário da Câmara ou no plenário do Senado, esse regime diferenciado para contratação.

O que ocorre, Deputado Cajado, é que, se formos nos aprofundar na matéria, veremos que é um pregão eletrônico ou um pregão presencial. E, se ainda ficar subsidiariamente à 8.666, praticamente teremos algumas facilidades. Mas o que tem acontecido no País? Hoje, para se fazer qualquer contratação pública, todos nós, a grande maioria do povo brasileiro já sabemos que fica muito mais caro para o ente público do que para o particular. Então, precisamos dar agilidade; precisamos resolver definitivamente o problema da Copa.

Vamos aprovar essa audiência pública com um grande acordo. Se conseguirmos votar tanto na Câmara como no Senado, perde a iniciativa da audiência, porque então já se votou.

Essa é a minha contribuição.

Ontem à noite, o Democratas, presentes o Líder e o Vice-Líder, mostrou que não seria empecilho para a votação da 521 hoje no plenário da Câmara.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Com a palavra o Deputado André Vargas.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Sr. Presidente, o PT votará favoravelmente a esse requerimento do Deputado Cajado. Mas, de antemão, levanto uma questão com relação às sistemáticas convocações de Ministros ou de autoridades por esta Comissão.

Sr. Presidente, V.Exa. sabe que os Ministros têm suas missões, e várias Comissões os convocam. Recentemente, recebemos aqui a Miriam Belchior numa memorável audiência, em que houve o mais profundo debate.

Então, vamos votar favoravelmente, junto com o Deputado Cajado, entendendo que, mesmo que haja votação, esse debate é importante porque esclarece as verdadeiras intenções do Governo no tocante a agilizar as licitações das obras mais importantes para esses dois grandes eventos, com fiscalização e com tudo o que o Governo entende seja correto e que a sociedade exige. Mas, antecipando o debate, gostaria de alertar os companheiros da base no sentido de que o PT vai orientá-los e lhes solicitar que votem contrariamente a esses requerimentos sistemáticos de convocação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - O Deputado Hugo Leal tem a palavra.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Sr. Presidente, já tive oportunidade de discutir esse requerimento numa outra reunião desta Comissão Mista de Orçamentos, e quero falar da sua importância.

Vou filiar-me a essa corrente do Deputado Claudio Cajado sobre a importância de debatermos o tema antes que ele vá para o plenário, uma vez que a perda de prazo da Medida Provisória nº 521 vai se dar bem



mais à frente. Particularmente, no meu modesto entendimento, não vejo necessidade premente de votarmos essa matéria hoje, obviamente falando enquanto Parlamentar do meu partido, e isoladamente, não do Governo. Por quê? Essa matéria inova em muitos aspectos não só na questão do pregão, como disse o Deputado Ademir Camilo, como também ela traz pontos extremamente positivos. Porque estamos estabelecendo uma relação, dizendo que esse sistema, sistema diferenciado de compras ou sistema diferenciado de processo licitatório, está sendo criado como uma ação para atender exclusivamente à Copa e às Olimpíadas — e não é isso. Assim, vamos acabar tendo uma legislação permanente; e, se vai haver uma legislação permanente, que tenhamos todo o cuidado.

Tive oportunidade de apreciar as modificações. Fui Relator da Medida Provisória nº 510, cuja matéria chegou a ser prevista nessa medida provisória, e a vejo com bastante cuidado.

Minha intenção, obviamente, é a de corroborar esse requerimento do Deputado Claudio Cajado e fazer um apelo para que essa audiência pública seja realizada antes da votação no plenário, até porque, se fôssemos seguir o rito da medida provisória, teria de haver uma Comissão Especial. Como nós não seguimos o rito da medida provisória por não ter Comissão Especial, nada mais importante do que discutir nesta CMO, que é uma Comissão Mista de Senadores e Deputados, matéria que, depois, com certeza, terá sua votação facilitada no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Agradeço, Deputado Hugo Leal.

Não há mais oradores inscritos.

Coloco em votação na representação da Câmara. *(Pausa.)*

Aprovado.

Na representação do Senado. *(Pausa.)*

Aprovado.

O Item 2 foi retirado pelo autor.

Item 3, Requerimento 6: requer a realização de audiência pública para debater a atual situação das obras paralisadas e inacabadas, custeadas no todo ou em parte com recursos da União; solicita ainda a presença das personalidades a seguir: Sra. Miriam Belchior, Ministra do Planejamento; Sr. Benjamin Zymler, Presidente do Tribunal de Contas; Sr. Marcos Túlio, Presidente do Conselho Federal de Engenharia.

O autor é o Deputado Rubens Bueno, a quem concedo a palavra.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Sr. Presidente, Senador Vital do Rêgo, este requerimento é exatamente mais abrangente — por isso o pedido da retirada do requerimento anterior. Ele quer discutir algo que chama a atenção; e veja que isso chama a minha atenção desde 1991, quando aqui cheguei. Na época, o Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito que apurou o andamento das obras inacabadas ou paralisadas em todo o País, era o Senador Carlos Wilson, do Estado de Pernambuco, de saudosa memória. Desde então estamos vendo isso se agravar. E agora, com a recente notícia do decreto que vem cancelar restos a pagar dos últimos três anos, preocupa-nos a questão da aplicação do dinheiro público, porque mais obras inacabadas significam mais desperdício.

Sei que a Ministra Miriam Belchior esteve na Comissão na última semana, mas também sei que não tratou desse assunto. E não é porque a Ministra aqui esteve uma vez que não pode mais estar. Creio que temos de ter a boa prática, por exemplo, a do Parlamento inglês. O Primeiro-Ministro vai todas as quartas-feiras — repito: todas as quartas-feiras — ao Parlamento inglês para prestar contas dos seus atos. Logo, isso é fundamental para esclarecermos, para fazermos pelo menos um diagnóstico da situação que envolve obras paralisadas ou inacabadas em todo o País.

Portanto, estou aqui fazendo este pedido de audiência pública, convidando ainda o Presidente do Tribunal de Contas da União, Benjamin Zymler, e o Presidente do CONFEA, Dr. Marcos Túlio de Melo.

Submeto-o e peço apoio aos nobres pares desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Agradeço, Deputado Rubens Bueno.

Em discussão.

Com a palavra a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Obrigada, Sr. Presidente.

Quero tentar fazer aqui uma mediação e uma consulta a V.Exa. e também ao Deputado Rubens Bueno.

Temos o Comitê de Obras Inacabadas na Comissão Mista de Orçamento, que, aliás, vem fazendo um belíssimo trabalho, e que, no ano passado, elaborou um relatório muito consistente.



Sr. Presidente, acho que antes de pedirmos uma audiência pública com esse objetivo nós poderíamos indicar os membros do Comitê, fazê-lo funcionar e ter como uma das consequências desse trabalho a realização da audiência, mas já preparando a pauta que queremos discutir, ou seja, examinando quais são as obras e como estão. Creio que teríamos de dar essa condição à Comissão que tem o grupo, que tem o comitê, para que pudéssemos preparar a audiência.

E ainda solicito ao Deputado Rubens Bueno que essa audiência seja consequência de um trabalho do comitê.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - A Senadora Gleisi solicita ao Deputado Rubens Bueno, autor do requerimento, que esse motivo, objeto do requerimento de S.Exa., seja encaminhado ao COI — Comitê de Obras com Índícios de Irregularidades, para que faça uma avaliação. Depois, naturalmente, a reunião mais ampla vai acontecer.

Essa é a palavra da Senadora.

Consulto S.Exa. sobre se concorda ou se deixamos caminhar a votação.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Eu só gostaria de... A Senadora Gleisi tem até uma visão ampla da questão, e aqui as coisas já estão caminhando. Mas o que eu estou pedindo na verdade é saber quais as obras inacabadas e paralisadas no Brasil. Porque ninguém sabe. Esta Casa tem o dever, a obrigação de ir a fundo nisso, buscar das entidades, dos órgãos, enfim, de tudo que for possível, essas informações.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Vamos continuar discutindo, até uma decisão final.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - E eu compreendo que ela esteja... Perfeitamente. Só que aí fala-se de obras irregulares, e eu não estou tratando de obras irregulares; estou tratando de obras paralisadas e inacabadas, de saber qual é o volume delas, onde estão, do que precisam, enfim.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Deputado André Vargas.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Vejam, então, que esse seria outro requerimento, para solicitar quais são as obras inacabadas, para dialogar efetivamente com o nosso Comitê.

Aliás, nós estamos no começo do nosso trabalho. Essa afirmação de que tem obras paralisadas... Vejam, sou do Paraná e ando pelo Estado, como o Deputado Rubens Bueno, como a Senadora Gleisi e muitos outros. São raríssimas as obras paralisadas. Não é um fenômeno.

Então, nós do PT gostaríamos que essa solicitação da Senadora fosse acolhida. Porque, em não o sendo, nós teremos uma posição contrária a esse requerimento. Até porque, por outro assunto, a Ministra Miriam Belchior permaneceu nesta Casa por quase 5 horas, debatendo todos os assuntos, inclusive outros quaisquer, ainda que não estivessem na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Continua em discussão.

Deputado Rubens Bueno, para dizer se aceita ou não.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Sr. Presidente, eu acho que é importante discutir, porque nós estamos aqui tratando de... O Deputado André sabe, por exemplo, que no Paraná nós também temos obras inacabadas.

A estrada Boiadeiro é um exemplo de 50 anos. Não se está aqui culpando o Governo do PT. Não é nada disso. Se se quiser levar para esse campo, então nós não vamos cumprir o nosso papel. Nós estamos falando de obras inacabadas e paralisadas no País ao longo do tempo. Não é coisa de um governo ou de dois governos.

Também a questão do anel viário de Curitiba, que até hoje não foi concluído, como a do ramal ferroviário. Quer dizer, são obras que vêm para o Orçamento, saem, começa-se, põe-se dinheiro, e o dinheiro desaparece, o desemprego acontece...

Nós vivemos uma crise permanente do ponto de vista de boa gestão. Então, cabe a nós fiscalizarmos isso.

A Ministra esteve aqui na semana passada, Presidente, e eu reconheço; só que não foi tocado esse assunto. E também não estou preocupado se tenha que vir a Ministra ou que venha o Secretário Executivo de Planejamento do Ministério, para poder começarmos a discutir isso com atenção.

O Comitê Permanente da Comissão Mista de Orçamento poderá, a partir daí, nos ajudar a fazer o desdobramento das informações necessárias para a boa gestão pública no País.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Continua em discussão.

Tem a palavra o Deputado José Priante. Depois, a Senadora Gleisi Hoffmann, para logo iniciamos o processo de deliberação.



O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE - Bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, eu acho que esse requerimento apresentado pelo Deputado Rubens Bueno traz uma preocupação pertinente e indiscutível.

Agora, digo que ele poderia ser desdobrado em duas situações. Em primeiro lugar, o TCU, órgão auxiliar do Poder Legislativo: não me passa pela mente que ele tenha uma relação das obras que foram paralisadas e das que não foram paralisadas, das que estão acabadas e das que não estão acabadas, até porque isso é uma ação, ou uma negativa de ação, do Poder Executivo.

Então, acho que isso poderia ser, Deputado, desdobrado em dois momentos. Em primeiro lugar, nós tomarmos conhecimento das obras que estão paralisadas no Brasil — está certo? Daí, isso poderia ser desdobrado num pedido de informações, para o Governos nos informar. E aqui a Senadora colocou com muito propriedade: temos um Comitê de Acompanhamento das Obras Inacabadas. Então, num segundo momento, o Deputado, a Comissão, ou quem entender dessa forma, pode provocar o Tribunal de Contas da União no que diz respeito à obra A, B ou C, enfim, ao número de obras que entender devam merecer uma visita *in loco* do TCU. Até mesmo porque essa é uma obrigação do TCU. Mas é claro que o TCU, com certeza, não tem essa relação, a das obras que foram paralisadas, até mesmo porque, entre o dia da aprovação deste requerimento e a semana que vem, uma obra pode ser paralisada por deliberação do Poder Executivo, por falta de recursos, por iniciativa de qualquer fiscalização, por ação do Ministério Público. Enfim, vários caminhos podem levar a que uma obra seja paralisada.

Então, Deputado, eu sugiro a V.Exa., a fim de não prejudicar o encaminhamento da sua preocupação, e, evidentemente, se isso for do seu entendimento, que desdobre esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Com a palavra a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Deve-se tentar uma composição aqui, porque é função desta Casa fazer a fiscalização.

O Deputado Rubens Bueno tem razão em querer as informações. Eu só estou querendo que partamos para um método que permita melhor resultado. O Deputado José Priante falou agora. Poderíamos indicar o Comitê sobre Obras com Indícios de Irregularidades, até porque uma obra paralisada ou inacabada tem indícios de irregularidades, e no sentido não só de desvio de recursos, mas, às vezes, de ato de gestão, de ato processual. Então, esse comitê poderia analisá-las. Nós indicaríamos o Comitê. Seria uma das consequências desse trabalho e do levantamento que o Comitê faria, até para que a Comissão tivesse as informações fizesse audiências com as informações de um parecer do nosso comitê, que tem assessoria, tem técnicos. Haveria muito mais qualidade num debate em uma audiência pública do que se recebêssemos as informações só no momento da audiência.

Então, faço um apelo para que realmente possamos acertar com o Comitê. Na sequência, faríamos uma audiência pública, mas já com elementos e informações.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Agradeço à Senadora.

Com a palavra o Deputado autor, para decidir o encaminhamento.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Perfeito, o encaminhamento. Eu acolho a sugestão tanto da Senadora quanto do Deputado Priante: transformar esse requerimento num requerimento de informações, de acordo com o pedido que nós estamos fazendo no requerimento, e também indicar os membros do comitê sobre obras inacabadas, da Comissão Mista de Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - As informações seriam requeridas ao Poder Executivo ou ao TCU?

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Ao Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Ao Poder Executivo.

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação o requerimento, com as alterações, na representação da Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado. *(Pausa.)*

Aprovado.

Providências à Secretaria.

Requerimento nº 7, de 2011.



Solicita-se ao Exmo. Sr. Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização — CMO que seja convidado o Secretário do Tesouro Nacional para prestar esclarecimentos sobre a disponibilidade financeira para pagamento dos convênios incluídos em Restos a Pagar.

Com a palavra o autor, o Deputado José Priante.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, já me solicitaram que eu retire o requerimento, em função de um dispositivo que, salvo engano, é da Lei de Responsabilidade Fiscal, o qual estabelece que, a cada quadrimestre, é preciso haver um relatório e uma explicação por parte do Governo — no caso, seria por parte do Secretário do Tesouro — no que diz respeito ao cumprimento das metas fiscais do quadrimestre.

A minha preocupação — faço com a maior tranquilidade essa ponderação, e é claro que o Secretário do Tesouro deverá comparecer à Comissão para prestar esclarecimentos, eu não tenho dúvida disso — diz respeito aos prazos, em função exatamente do decreto que foi feito no dia 30 passado, prorrogando os restos a pagar de 2009 e estabelecendo critérios quanto aos restos a pagar de 2007 e 2008.

Ora, no que se refere a essas preocupações, este aqui presente a Ministra Miriam Belchior. Então, vejam só, apesar de todas as preocupações e de todos os posicionamentos — neste momento, eu retrato que houve um sentimento unânime dos Parlamentares quanto aos restos a pagar —, o decreto trouxe uma inovação: os restos a pagar de 2007 e 2008 cairiam se a obra não tivesse começado. É claro que, em se tratando de obra iniciada, de obra em execução, seria uma imprudência cancelar restos a pagar. Resultaria em mais uma coleção de obras inacabadas no País. Então, falou o óbvio e ululante o decreto de prorrogação dos restos a pagar de 2007 e 2008.

Confesso, como Parlamentar da base do Governo, que estou preocupado no que diz respeito aos restos a pagar de 2009. Posso retirar, sem nenhum problema, o requerimento, até mesmo porque o Secretário do Tesouro deverá comparecer a esta Comissão para esclarecer a questão do quadrimestre, por força de dispositivo de lei, mas é preciso que haja esclarecimento antes que acabe o prazo estabelecido no decreto com referência aos restos a pagar de 2009. Se não, a preocupação que eu trago esta Comissão estará prejudicada.

É preciso que os representantes mais próximos da Liderança do Governo revelem a data em que o Secretário do Tesouro vai comparecer. Dessa forma não terei problema algum em retirar o requerimento, em colaboração com o andamento da Comissão, em colaboração de um modo geral, e também como Deputado da base do Governo.

Trago essa preocupação porque, nas minhas contas, o meu Estado, por exemplo, o Estado do Pará, sucumbiu em relação a empenhos — cerca de 500 milhões — relativos a obras, devido ao cancelamento dos restos a pagar de 2007 e 2008.

São essas as preocupações que eu trago, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Acolho a preocupação de V.Exa., Deputado José Priante, e principalmente a prudência quanto à retirada do requerimento, em virtude de dispositivo legal — § 4º do art. 9º da LRF, a qual hoje completa 11 anos — que determina que, até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais.

Já determinei à Secretaria não que oficie, mas que entre em contato com o Secretário, para cumprimento da lei.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE - Que seja o mais breve possível, Sr. Presidente, para não chegarmos em cima da hora e termos que...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Solicitação atendida.

Com a palavra a Senadora Gleisi.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE - Atendendo a solicitação da Senadora, eu retiro o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - O.k.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Eu ia até fazer uma sugestão ao Deputado José Priante. Nem era a retirada, mas a adequação do conteúdo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE - Então, eu "desretiro" o requerimento. *(Riso.)*

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Não, não. Queria dizer que V.Exa. tem essa preocupação e que esses questionamentos fizessem parte da audiência que se refere à Lei de Responsabilidade Fiscal. Nós não deixaríamos de discutir a questão. E fica claro aqui que isso fará parte do debate quando o Secretário do Tesouro estiver aqui.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE - Eu acato a sugestão da Senadora.



O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - O.k. Está inclusa a sugestão.

Com a palavra o Deputado Ademir.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Sr. Presidente, quero apenas informar que, hoje, ao meio-dia, aconteceu, ou deveria acontecer, uma reunião entre todos os Líderes da Câmara dos Deputados e o Ministro Luiz Sérgio para se encontrar uma possibilidade de fazer uma revisão do decreto. Isso foi discutido ontem à noite, e foi marcado que o Ministro estaria na sala da Presidência da Câmara ao meio-dia.

Essa é a ponderação que faço ao Deputado Priante, porque pode ser que haja alguma outra novidade nessa reunião que aconteceu, ou iria acontecer, ao meio-dia. De repente, nós temos um outro. Já está em andamento uma proposta de decreto legislativo, do Deputado Bala Rocha, do PDT do Amapá, cancelando os atos anteriores e fazendo uma ponderação sobre prazos diferentes.

Há essa informação, portanto, de que se poderia retirar dessa apreciação de hoje o requerimento, para que seja apresentado posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Que continuem gestos de boa vontade relativamente a essa questão, Deputado Ademir.

Com a palavra a Senadora Lídice da Mata.

A SRA. SENADORA LÍDICE DA MATA - Sr. Presidente, na verdade, quero estimular a manutenção do requerimento nos termos já propostos pela Senadora Gleisi. Em minha opinião, é uma questão muito preocupante.

Eu diria que, com a Marcha dos Prefeitos na semana que vem, esse assunto tem cheiro de pólvora. Ele atinge de forma avassaladora as Prefeituras e os Municípios brasileiros. Realmente não entendo que não tenha havido um senso prudencial por parte do Palácio do Planalto no que se refere a essa questão e uma sensibilidade expressa.

O decreto realmente, como foi dito aqui, trata do óbvio e mantém uma posição extremamente prejudicial aos Municípios brasileiros. Na maioria das vezes, os que mais precisam são justamente os menores Municípios, que vivem com pires na mão em Brasília, dependendo das emendas parlamentares.

As justificativas que existem são muito claras nesse processo. Há até um comitê voltado para, digamos assim, desburocratizar os procedimentos dentro da Caixa Econômica para o atendimento das emendas, o que confirma o que já sabemos: as dificuldades de que as emendas cheguem ao seu destino e sejam executadas, por conta do processo que existe hoje.

Esse requerimento ficaria como um alerta, como mais um sinal aceso, para que o Governo percebesse que essa é a posição de toda a base aliada do Governo na Câmara e no Senado. Não existe ninguém dentro do Congresso Nacional, Senador ou Senadora, Deputado ou Deputada, que concorde com esse decreto.

Nós estamos absolutamente solidários com o Governo naquilo que significa corte de recursos para manter o equilíbrio das finanças do País. Quanto a isso, não temos dúvida. Agora, é preciso discutir onde cortar. O corte não pode atingir a todos de forma igual, porque existe exatamente a ideia de que os desiguais devem ser tratados de forma desigual, para que possamos garantir a justiça. Portanto, quero me associar a esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Agradeço a V.Exa. o posicionamento

O autor retira o requerimento, mas solicita a presença do Secretário do Tesouro, com o adendo da Senadora Gleisi, para tratar dos assuntos pertinentes às metas fiscais, mas também das questões oriundas do decreto.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE - Sr. Presidente, permita-me, em função do debate, fazer uma nova sugestão, inspirado na Senadora paranaense.

Nós poderíamos transformar o requerimento para que, quando presente, o Secretário do Tesouro nos trouxesse os esclarecimentos. Este é o meu sentimento, o da Senadora e o de todos os Parlamentares: transformar esse requerimento numa solicitação dessa ordem.

Na verdade, o Secretário do Tesouro não estará aqui presente por causa desse tema, certo?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Não, não. É claro que não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE - Tendo em vista essa preocupação, é exatamente isso o que eu gostaria de ver atendido. A Senadora foi no âmagô, no espírito do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Eu compreendo.

Com a "desistência de desistir" do Deputado Priante, vamos à votação.

Em votação na Câmara...



A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Só um esclarecimento: nós vamos votar o requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - O requerimento. Ele desistiu de desistir. O requerimento continua em pauta.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Estou entendendo que ele está requerendo que esse tema, objeto desse requerimento, seja incluído na pauta do Secretário.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE - Quando da presença do Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Para isso tem que haver um requerimento. A presença do Secretário decorre da lei. Agora, para inclusão desse assunto na presença do Secretário, tem que haver um requerimento.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Então, é só transformar, para que não seja mais um requerimento de convite ou convocação; poderá haver o entendimento de que são dois. Nós temos acordo de que será na reunião do Secretário quanto à Lei de Responsabilidade Fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - É na reunião do Secretário.

Em votação na Câmara. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos à extrapauta.

Requerimento, para inclusão em pauta, da Senadora Gleisi Hoffmann.

V.Exa. já o tem em mãos.

Em votação.

Aprovado na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Agora vamos votar o requerimento.

Requerimento nº 9, da Senadora Gleisi Hoffmann, que solicita realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal para tratar sobre a efetivação dos direitos das mulheres nos programas e ações consignados na proposta do Plano Plurianual, quadriênio 2012-2015, e na proposta do Orçamento Geral da União.

Com a palavra a Senadora, para que faça as suas considerações.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Obrigada, Sr. Presidente.

É um requerimento de audiência pública por meio do qual se pretende reunir a Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Iriny Lopes; a Secretária de Orçamento Federal, Dra. Célia Corrêa; a Secretária de Planejamento e Investimento, Dra. Maria Lúcia de Oliveira Falcón; V.Exa., na qualidade de Presidente da Comissão Mista de Orçamento; os Relatores do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias e do projeto de Lei Orçamentária Anual, Deputados Márcio Reinaldo Moreira e Arlindo Chinaglia; a coordenadora da bancada feminina da Câmara dos Deputados; e um representante do colegiado gestor do Centro Feminista de Estudos e Assessoria — CFEMEA e da Articulação de Mulheres brasileiras — AMB. É um requerimento conjunto com a Comissão de Direitos Humanos do Senado, e nessa Comissão há a Subcomissão de Defesa dos Direitos da Mulher. E o que queremos é fazer um debate e dar visibilidade aos programas, ações e projetos constantes do Orçamento da União que têm a ver com os direitos das mulheres e com os seus interesses.

Ultimamente temos consubstanciado vários programas na Secretaria de Políticas para as Mulheres, mas sabemos que há muito mais programas e projetos no nosso Orçamento que afetam a vida cotidiana das mulheres, em relação ao Ministério da Educação, ao Ministério da Saúde. Gostaríamos de dar visibilidade a esses programas e fazer um debate qualificado dessas políticas públicas. Por isso requeremos essa audiência.

Tenho uma sugestão de data, Sr. Presidente: dia 23 de maio, segunda-feira, para que possamos começar essa mobilização. Antes, porém, peço a aprovação desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Parabenizo V.Exa.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queria discutir, em votação na Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal. *(Pausa.)*

Aprovado.

Data: 23 de maio, para providências.

Parabenizo V.Exa.



Requerimento para inclusão de pauta, do Deputado Cajado. Já foi lido nesta reunião.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queria discutir, em votação na Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em apreciação o Requerimento nº 10, de 2011, do Deputado Claudio Cajado, em que solicita informações à Ministra do Planejamento sobre as consequências da vigência do Decreto nº 7.468, de 28 de abril de 2011, que mantém a validade dos restos a pagar não processados inscritos nos exercícios financeiros de 2007, 2008 e 2009, que especifica, altera o parágrafo único do art. 68 do Decreto nº 93.872, de dezembro de 1986, e dá outras providências.

Com o palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Muito obrigado. Sr. Presidente, quero cumprimentar os Senadores, as Senadoras, os Deputados, as Deputadas.

Esse requerimento já foi apresentado na sessão plenária da Câmara dos Deputados ontem à noite. Porém, faço questão de reiterá-lo na Comissão de Orçamento, dada, na minha opinião, a necessidade premente de termos clareado essas questões referentes aos restos a pagar.

Sem sombra de dúvida, a questão de pano de fundo me parece ser a falta de recursos para atender aos restos a pagar que foram acumulados no Governo Lula e no Governo Fernando Henrique Cardoso.

A Presidente Dilma — não tenho dúvida — deve estar querendo limpar esse passado, essa herança, não sei se maldita ou bendita, pelo jeito uma herança “inconceituada”, porque o remédio que está sendo aplicado é extremamente grave. Por quê? Eu digo que, na linha de V.Exa., punir um único lado é, no mínimo, injusto.

E por que único lado? Porque, quando se apresentam os recursos para um Município, seja de emenda de bancada, seja emenda individual, objeto desses restos a pagar em sua grande maioria, repassa-se o recurso do Ministério para a Caixa Econômica administrar e fiscalizar. E a Caixa demora 2, 3, 4 ou mais meses para dar um parecer sobre os projetos que são objeto das emendas. Por que não se pune a Caixa? Por que estão sendo punidos apenas Estados e Municípios brasileiros que não conseguiram, no prazo assinalado pelo Governo da Presidente Dilma — 4 meses, no caso de 2008, prorrogado para 2 meses —, iniciar as obras? Isso é injusto! Se a Caixa tivesse um prazo de 30 dias para dar o parecer, e a parte que fez o convênio ou assinou o contrato atrasasse 3, 4, 5 meses, menos mal, tudo bem que se punisse. Agora, nem digo que a Caixa aja com má intenção ou má vontade, é que não há como administrar e fiscalizar e, no caso, atestar tantos contratos ao mesmo tempo País a fora.

Esse Restos a Pagar, se permanecer, Deputado André Vargas, fulmina, mata o espírito republicano, prejudica o ente federado, porque Estados e Municípios ficarão sem recursos, muitos dos quais referentes a projetos em pleno andamento, já aprovados, com licitações em andamento. Então, simplesmente desconsiderar esse fatos é rasgar todo um trabalho que foi feito.

E a base do Governo, inclusive, arvorando-se no papel da Oposição, porque nesse caso não há Oposição nem Situação, mas sim interesses de Estados e Municípios, tem dito que, sem dúvida alguma, deixar que esse trabalho se perca é um prejuízo irrecoverável. E o decreto apenas prorrogou, estabeleceu que as obras já iniciadas terão mais 1 ano de prazo, e, em relação a 2009, apenas 2 meses.

Quero fazer um desafio, Sr. Presidente. Digam-me quantos — daí a razão do requerimento —, quantos contratos estão suspensos ou serão suspensos; qual o volume de recursos; qual o volume de recursos a não serem enviados aos conveniados. E digo mais: se a Caixa não tiver tempo hábil, nesses 2 meses, de atestar as obras que já se iniciaram, quem será punido? Estados e Municípios. Para a Caixa Econômica, nada. Nada! Nem em uma linha sequer o decreto abordou essa questão. Isso é injusto, Sr. Presidente.

Nesse requerimento se pedem essas informações até para que nós Parlamentares tenhamos uma justificativa para os nossos Prefeitos, para os nossos Governadores, porque o ano passado foi de eleição, e essas emendas referem-se a 2009, 2008 e 2007. Se a Caixa ficou, no ano passado, quase 2 meses em greve, muitos desses projetos de 2007 e 2008 não foram analisados, porque a Caixa estava em greve. Isso não se levou em consideração? No ano passado houve eleição, e praticamente não aconteceu nenhum trabalho, pelo que eu tenho de conhecimento por intermédio dos gestores públicos que me apoiaram lá na minha querida Bahia. Simplesmente não havia nenhum tipo de atuação no sentido da análise de projetos. E agora, com esse



decreto, não se dando o tempo necessário para que Estados e Municípios possam adequar-se, é algo injusto. Eu considero isso injusto.

Não vou ler o requerimento. São cinco itens. O requerimento é autoexplicativo. Eu espero que os meus pares, Congressistas, possam aprová-lo, para que tenhamos, no mínimo, essas informações, já que a consequência está estabelecida, e será danosa, se não for revisto.

Quero ainda dar uma informação a V.Exa., Sr. Presidente. O Ministro da Secretaria de Relações Institucionais esteve hoje numa audiência, convocada pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Marco Maia, a qual contou com a presença de todos os Líderes desta Casa. Ouviu, principalmente dos Líderes da base e da Oposição, seus reclamos, mostrando a necessidade de se prorrogar esse decreto. Na verdade, o que ocorreu foi meramente manter-se tudo, com exceção das obras iniciadas, o que não resolve o problema.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Vamos discutir. Peço rapidez, porque daqui a pouco vai começar a Ordem do Dia, na Câmara e no Senado.

Concedo a palavra ao Deputado José Priante.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE - Vou ser breve. Em primeiro lugar, quero dizer que existe uma preliminar nesse requerimento, Deputado Cajado. É um pedido de informação. Pedido de informação sequer necessitaria passar pela Comissão. Pedido de informação é prerrogativa de qualquer Parlamentar. Inclusive, esse dispositivo está inserido na Constituição Federal, que estabelece prazos para resposta. A falta de resposta resulta inclusive em crime de responsabilidade. Então, eu acho que não há por que esta Comissão ter qualquer dificuldade de aprovar o requerimento.

Gostaria de fazer uma breve consideração para alertar esta Comissão, particularmente o Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias, no que diz respeito à questão dos restos a pagar. O problema surgiu para que despertássemos e tivéssemos condições de lhe dar um tratamento. Trata-se de obrigação.

Lembro-me de que, entre 2000 e 2003, salvo engano, a Lei de Diretrizes Orçamentárias estabelecia um critério para os restos a pagar, inclusive um critério decrescente. A cada ano, cairia tantos por cento e tal. Quer dizer, havia um alerta para que os Municípios, os Estados e a própria União trabalhassem no que diz respeito aos restos a pagar. Agora, é extremamente injusta uma situação. Por exemplo, Municípios em que o projeto estava aprovado na Caixa Econômica, ou seja, analisado, contratado na Caixa Econômica, e não liberada a parcela, em função não da parte contratante — o Município ou o Estado —, mas em função da Caixa Econômica ou do próprio Governo Federal, tiveram esse projeto cancelado. É diferente daquele inadimplente que não apresentou projeto, daquele que estava com cláusula suspensiva, daquele que não podia receber o recurso. Trata-se daquele que tinha o projeto aprovado na Caixa Econômica, daquele que tinha o projeto contratado pela Caixa Econômica. E foi solicitado em função do não repasse da primeira parcela. Há algo de errado, e nós precisamos consertar.

Então, se ainda há tempo, acho que é profundamente pertinente a preocupação do Deputado Cajado. Merece o nosso apoio, da minha bancada, do PMDB.

Desde já, encaminho favoravelmente à aprovação do requerimento, levantando essas preocupações, porque elas podem ser incluídas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Com a palavra o Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, nós não vemos nenhum problema no requerimento, já que, como bem disse o Deputado Priante, é um requerimento de informação. Ninguém aqui é contra a busca de informações.

Eu só queria tranquilizar um pouco o Deputado Cajado, dizendo-lhe que o decreto tem a ver com o que disse a Ministra a todos nós. Não podemos mais continuar com o projeto de 2007 e 2008. As Prefeituras não entraram com documentação, não há projeto nenhum e tal. Portanto, não podemos continuar com esse processo.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Não, ela não disse prazo.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Ela só disse que ia resolver o problema de 2007 e 2008, e resolveu; disse que ia prorrogar 2009, e prorrogou. E prorrogou o início, para o ano que vem. São os quatro pontos que foram abordados aqui. Todos estão assegurados, garantidos.



Eu concordo, a Caixa Econômica Federal precisa agilizar esse processo — estamos trabalhando nesse sentido. Se ela disser que não tem condições, esperamos que o Banco do Brasil, o BASA e o BNB possam também entrar no processo.

Neste momento, queremos dizer que vamos votar favoravelmente ao requerimento. Não há nenhuma dificuldade nisso. Se há uma coisa que este Governo quer é transparência — ele trabalha com esse elemento central.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, podem ficar tranquilos. Se houver algum problema de movimentação na Caixa, eu tenho certeza de que a Ministra Miriam vai ter sensibilidade para examinar a situação. Se realmente for curto, prorrogação. Mas, primeiro, vamos todos fazer o dever de casa, tanto as Prefeituras quanto o Governo, para que o processo ande com tranquilidade e tenhamos nossas emendas liberadas. O essencial é termos como pagar. Isso é o mais importante no momento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Com a palavra a Senadora Gleisi.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Sr. Presidente, pelo menos aqui nós estamos discutindo um bom problema. Nós temos programas, projetos, obras, e a Caixa Econômica está com muito trabalho e muita dificuldade. Já houve neste País um tempo em que não tínhamos programas, projetos ou repasse para os Municípios, e sequer a Caixa Econômica fazia parcerias locais. Acho que nós já avançamos bastante, e, de fato, o tema merece nossa atenção.

Gostaria, contudo, de fazer uma sugestão.

Acabamos de aprovar que vão ser parte da pauta com o Secretário do Tesouro as informações sobre a disponibilidade financeira para restos a pagar, o que me parece ser a essência do requerimento do Deputado Cajado, ou seja, saber quanto temos disponível.

Independentemente do requerimento — não acho ser o caso de encaminhar contrariamente —, entendo que seria bom, primeiro, termos essa informação do Tesouro e, se não satisfeito com isso o Deputado, então encaminharíamos o requerimento de informações. O Secretário do Tesouro está vindo a esta Casa neste mês, V.Exa. até pediu que se consultasse a agenda. E nada melhor do que nós, na conversa com o Secretário, podermos dirimir todas essas dúvidas. Parece-me que seria recorrente mais um pedido de informações, uma vez que na Comissão teremos o Secretário à disposição para responder sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Com a palavra o Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com profunda preocupação que volto aqui a falar sobre os restos a pagar.

Logo que foi editado o primeiro decreto, o prazo de 30 de abril seria inexecutável, porque as Prefeituras não têm governabilidade sobre prazos não determinados por elas próprias. Hoje, em nenhum Estado brasileiro consegue-se em menos de 1 ano uma licença ambiental para um projeto de estação de tratamento de esgoto ou de aterro sanitário. Nenhuma Secretaria Estadual de Meio Ambiente libera licença para estação de tratamento de esgoto ou aterro sanitário em prazo inferior a 1 ano.

Além disso, é sabido que a Caixa Econômica tem um grande acúmulo de projetos para acompanhar, o que não é culpa da Caixa Econômica, mas, dadas a extensão e as peculiaridades do País, e a burocracia com a qual a Caixa trabalha, isso prejudica muito o andamento dos projetos, assim como a execução das obras.

Outra agravante é que o primeiro decreto de suspensão de restos a pagar citava que a área de saúde estava fora da vigência daquele decreto, ou seja, o decreto não se colocava diante dos convênios com a área de saúde. O segundo decreto não reza nada sobre a área de saúde e, em sua parte final, manda desconsiderar o decreto anterior. Isso faz com que, juridicamente, a área de saúde vá para dentro do segundo decreto, suspendendo-se também os convênios de restos a pagar da área de saúde, o que, também do ponto de vista jurídico, vai causar um problema muito grande, mesmo porque, constitucionalmente, não podem ser suspensos os convênios da área de saúde com relação à execução.

Como diz também o caboclo do sertão, a emenda ficou pior do que o soneto, porque realmente não se deu solução às pendências anteriores, sendo que se faz necessária uma tomada de posição relativamente a esse problema — a não ser que a Casa queira arcar com o ônus de ser responsabilizada pelo corte dos restos a pagar, prejudicando principalmente os pequenos Municípios.

Então, Sr. Presidente, entendo ser importante encontrarmos uma forma célere de resolver as pendências trazidas pelo segundo decreto, porque, da forma como está, o transtorno será inevitavelmente ainda maior do que no primeiro decreto.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Agradeço a V.Exa., Deputado.

Com a palavra o Deputado Ademir.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Sr. Presidente, caros colegas, discordo, em parte, do Deputado Danilo Forte quando diz que a Caixa em alguns casos não tem essa responsabilidade. Tem, sim. Ela coloca muitos empecilhos. Foi muito bem lembrado pelo Deputado Cajado o caso da greve. Chega-se ao cúmulo de a Caixa autorizar a licitação de obras, função que não compete a ela. Mais ainda: recebe 2,5% para gerenciar todo o contrato. Portanto, quando o Deputado Danilo Forte diz que a Caixa não tem culpa, eu discordo, porque ela tem, sim. Fez de tudo para concentrar nela a grande maioria dos projetos enviados pelo Governo Federal.

O ex-Deputado Wellington, lembro-me, no ano passado, quando a Comissão de Fiscalização Financeira marcou audiência com a Caixa, disse: *"Não vai acontecer. A Presidenta não estará presente para receber a Comissão"*. Chegamos lá, o que aconteceu? Ela não estava. Ele falou isso durante a discussão e a aprovação do requerimento. Vejam que absurdo! *"Ela não vai nos receber, não adianta aprovar este requerimento"*. Chegamos lá, e ela não estava presente.

Quero falar sobre uma situação referente ao Ministério da Integração. Havia um problema com o Ministério do Planejamento que foi resolvido depois de 1 ano e 8 meses pelos técnicos do Planejamento — na penúltima sexta-feira. Na sexta-feira seguinte, foi cancelado.

São falhas do próprio sistema, e nós precisamos estar atentos porque, como disse meu amigo Deputado Danilo, com quem quero comungar, esse ônus vai recair sobre todos nós, sobre o Congresso Nacional.

Sr. Presidente, pela bancada do PDT, encaminho favoravelmente a esse pedido de informação e faço uma indagação a V.Exa. V.Exa. disse que a relação nominal dos comitês sairá ainda hoje?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Exato.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Eu gostaria, se possível, de indicar o companheiro Deputado João Dado, engenheiro civil, contabilista e auditor fiscal, para compor o Comitê sobre Obras Inacabadas. S.Exa. poderá nos ajudar muito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Atesto a competência do insigne Deputado.

Com a palavra o Deputado Edmar Arruda.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, segundo informações do Ministro Luiz Sérgio, uma equipe de trabalho do Ministério da Integração, do Ministério do Planejamento e do Ministério da Fazenda e, por último, a Ministra Miriam Belchior disseram que este decreto estava pronto e que eles iriam submetê-lo à Presidenta Dilma.

Eu não acho que a vinda do Secretário do Tesouro a esta Casa neste mês — de antemão, quero dizer que apoio o requerimento — vai resolver esse problema. Mais uma vez, teremos uma audiência, ele nos vai passar informações, mas não vai resolver o problema. Não vai resolver! Se três Ministérios e a Presidenta decidiram dessa forma, eu não acredito que o Secretário do Tesouro vá resolver.

Da maneira como está, temos consciência de que estamos prejudicando e muito, porque a própria Caixa Econômica autorizou — se ela autorizou, é porque tinha autonomia para fazer isso, sim — a licitação de obras. Ela recebeu uma autorização do Governo. Enquanto não houver a rubrica do Orçamento, ela não autoriza. E o pior é que os Municípios que iniciaram as obras, fizeram uma medição simbólica e deram entrada na Caixa estão sendo beneficiados, em detrimento daquele Prefeito que ficou com medo, licitou, contratou, mas não começou. Não dá para ser dessa forma.

Sou um defensor da Caixa Econômica, que tem feito um excelente trabalho, mas é desumano o que se está colocando sobre a Caixa Econômica sem lhe dar, em contrapartida, uma estrutura. Eles não têm como fazer, não é que não querem. Eles estão trabalhando com vários terceirizados, e, mesmo assim, a dinâmica do trabalho não acontece no ritmo necessário, porque o volume é muito grande.

Como disse a Senadora Gleisi, ótimo que tenhamos bastantes obras, ótimo que tenhamos bastantes financiamentos, ótimo que tenhamos um programa, mas não podemos deixar que sejam penalizados os Municípios, principalmente os menores, em detrimento da falta de estrutura da Caixa Econômica.

Os 60 dias estão estabelecidos no decreto, e, para mim, Deputado, a Ministra sinalizou com 120 dias, sim, com 4 meses de prorrogação. Nós até dissemos que podia ser até dezembro. Não sei se V.Exas. estão lembrados disso. Eu mesmo disse: *"Ministra, vamos até dezembro. Pelo menos fica o ano todo, até o final do ano"*. Mas sinalizou com 4 meses. E agora vem com 2?



Não é possível que nós, no Congresso, aceitemos o decreto da forma que está. Pensando melhor, ele já está aí, não tem mais jeito. É preciso então que se edite outro e que a base do Governo — nem estou dizendo Oposição ou Situação — fale com a Presidenta. É a única que poderá resolver isso. Se três Ministérios não resolverem, não será o Secretário do Tesouro que vai resolver.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Daqui a pouco levantaremos esta sessão, mas ainda há um requerimento para votarmos, referente à audiência pública com a Caixa Econômica sobre o decreto.

Com a palavra o Deputado André Vargas.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Sr. Presidente, naturalmente um requerimento dessa ordem é prerrogativa parlamentar. Se não o aprovamos aqui, será aprovado no Plenário, e vai acontecer. Portanto, não faremos uma oposição em princípio relativamente ao requerimento.

É importante dizer que a questão dos restos a pagar precisa ser tratada, no sentido de ampliar um pouco o prazo, como requerem alguns Parlamentares, solicitar os efeitos, agilizar a Caixa, agilizar o trabalho dos prefeitos. Nós estamos com restos a pagar de 4 anos atrás. Vamos discutir agora a LDO e o Orçamento. Estamos falando de 2007. Há muitos restos a pagar que têm a ver com o problema de procedimentos nas Prefeituras, que não dão curso, não dão andamento às obras.

Não é possível demonizar nenhum segmento. Nós sabemos que tratamos aqui de lado a lado. É importante também que haja, do ponto de vista dos Governos Estaduais, a real intenção de fazer as obras, de aportar suas contrapartidas, licitar. Sabemos que muitos Prefeitos, mesmo de cidades pequenas, assim agiram e agora estão habilitados a receber, porque foram contemplados pelo decreto.

É importante dizer isso também, porque senão vamos ficar demonizando o Governo, a Caixa, esquecendo-nos de que há responsabilidade daqueles que vão aportar neste Parlamento na semana que vem.

Não vamos criar obstáculos para a votação, mas é importante que nesse debate não se diga que há um vilão nesse processo. Há responsáveis, agentes públicos, de lado a lado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, peço a palavra por 30 segundos para abordar dois pontos. Primeiro, fala-se em Município, Município e Município. Eu defendi Municípios e Estado. Tenho em mãos três convênios do Estado da Bahia, dois de 2007 e um de 2008. Estado da Bahia! É um dos Estados mais importantes da Federação, que perdeu para Pernambuco agora a preferência. Enfim, são três convênios do Estado da Bahia. Se o Estado da Bahia não consegue preparar um convênio, imagine a dificuldade que ele está enfrentando. Não é punir só Municípios, mas Estados.

Segundo, o requerimento trata não apenas da questão dos recursos, mas das obras inacabadas. Há medições apresentadas, mas não foram atestadas pela Caixa. A obra começou, mas não está atestada, não está no sistema.

Quero saber dessas informações para confrontar com o equívoco que está sendo esse decreto. Não é apenas o requerimento, é uma discussão pontual que temos de mudar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Em votação.

Na representação da Câmara. *(Pausa.)*

Aprovado.

Na representação do Senado. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento último. Inclusão de pauta. Requerimento nº 11, de nossa autoria.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Na representação da Câmara. *(Pausa.)*

Aprovado.

Na representação do Senado. *(Pausa.)*

Aprovado.

O Requerimento nº 11, de nossa autoria, é sobre a convocação do Presidente da Caixa Econômica Federal para discutir a operacionalização do Decreto nº 7.468, no sentido dos restos a pagar de 2009.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - É convocação ou convite, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Convite. Vamos convidá-lo. Ele virá, não há nenhum problema.



O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Vamos convocá-lo, ele não virá.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Acho que ele virá.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - A prerrogativa é do autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Então, vamos marcar uma semana para ele vir.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - A prerrogativa é do autor do requerimento, não é do Senador...

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Antes do Natal. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Ele virá logo.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Na representação da Câmara. *(Pausa.)*

Aprovado.

Na representação do Senado. *(Pausa.)*

Aprovado.

Concluída a pauta primeira, ainda há a explicação do Deputado José Airton, Relator designado por esta Comissão para a Medida Provisória nº 531, do Ministério da Educação — Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AIRTON - Sr. Presidente, quero chamar a atenção do meu coordenador, Deputado Pepe Vargas, para o fato de que temos...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - É irmão do Pepe, é André.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Sou Vargas, mas não sou gaúcho.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AIRTON - Quero justificar a esta Casa, à Comissão e a V.Exa., Presidente, que me designou para ser Relator desta medida provisória, por que não apresentei o parecer hoje, prazo final.

Sr. Presidente, peço um pouco de atenção, porque essa é uma questão relevante.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Solicito atenção ao Plenário. Há uma informação importante do Deputado José Airton.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AIRTON - Deixei de apresentar o parecer hoje, porque, na minha leitura, há um problema grave: a medida provisória foi estabelecida no sentido de criar crédito extraordinário de 74 milhões de reais a favor do Ministério da Educação para que esse recurso pudesse ser transferido para Estados e Municípios com vistas a reconstruir, reformar e adequar infraestrutura física, predial de escolas públicas bem como reequipá-las e a promover outras ações necessárias à continuidade do atendimento aos respectivos alunos, em função de prejuízos ocasionados por desastres naturais, tais como enchentes e deslizamento de encostas ocorridos em diversas localidades do País.

A medida provisória tem uma abrangência nacional. Portanto, causou-me espécie e surpresa o fato de o Ministério da Educação, com quem não tivemos até o momento nenhum diálogo para tentar pactuar, negociar emendas apresentadas e chegarmos a um bom termo, ter baixado um decreto desconsiderando os objetivos da medida provisória. Aliás, foi uma resolução do Ministério da Educação que não atendeu às demandas dos Estados e Municípios acometidos por estado de calamidade pública e que apresentaram demandas para serem contemplados com esse recurso. Inclusive o meu Estado, a minha cidade, Icapuí, onde foi decretado estado de calamidade pública, pois houve um processo de avanço do mar que destruiu escolas, casas e estradas, enquadra-se perfeitamente nos objetivos da medida provisória. No entanto, o Ministério da Educação baixou a Resolução nº 18, de 2 de maio, direcionando esse recurso especificamente para o Estado do Rio de Janeiro.

Então, eu não poderia apresentar um parecer desconhecendo a demanda dos outros Municípios, dos outros Estados, excluindo essas demandas que se enquadram nos objetivos da medida provisória, estabelecendo parecer direcionado a um único Estado. Se fosse assim, era para a medida provisória ter sido direcionada especificamente para o Estado do Rio de Janeiro e não ter abrangência nacional, como foi o objetivo, creio eu.

Por isso, não tenho como apresentar um parecer excluindo as demandas das outras cidades, dos outros Municípios e sem o Ministério da Educação nos dar uma explicação convincente para esta matéria.

Portanto, não vou apresentar o parecer.

Essa matéria vai ao plenário, e nós vamos ter a oportunidade de chamar o Ministério da Educação para repactuar essa questão, porque essa medida, dessa forma, é excludente, discrimina as demandas das cidades, nas quais foi decretada calamidade pública. Foram reconhecidos pelo Governo Federal, por meio do Ministério



da Integração Nacional, os decretos de calamidade. Portanto, não é correta e não é justa essa postura do Ministério da Educação.

Por isso não apresento o meu parecer neste momento. Se fosse para apresentá-lo, seria contra a medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Agradeço a explicação a V.Exa.

Entendo que, quando a Comissão receber medidas provisórias, ela vai designar com rapidez para receber o parecer, para protagonizar o trabalho da Comissão Mista de Orçamentos.

Acolho a explicação de V.Exa.

Deputado André Vargas com a palavra.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Apenas para esclarecer, Sr. Presidente, que nós não temos hoje ainda o Líder do Governo.

Respeitamos a posição do Deputado José Airton, mas discordamos — talvez até concordamos com o conteúdo — do posicionamento de que nós não assimilaríamos posicionamento contrário à medida provisória do Governo, que é do PT, do PMDB e dos aliados.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Com toda certeza, podia indicar o Deputado Gilmar Machado, que o Governo continuaria bem competente.

Concluída a votação das matérias constantes na pauta.

Encerro os trabalhos, antes convocando reunião ordinária para 11 de maio, quarta-feira, às 14h30min, neste plenário.

Fiquem com Deus.

Boa tarde.